

Cepal: economia na América Latina deve cair 9,1% em 2020, com pandemia

Ministério mantém projeção de queda do PIB em 4,7% neste ano

Página 3

Covid-19: Brasil tem 1,96 milhão de casos e 75,3 mil mortes

Página 6

Uso de máscaras pode controlar covid-19 em até 8 semanas, diz CDC

O diretor do Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC), Robert Redfield, afirmou que se todos os norte-americanos usarem máscaras, a onda crescente de casos de covid-19 no país pode estar sob controle em um período entre quatro e oito semanas.

Redfield concedeu entrevista online à publicação médica Journal of the American Medical Association.

"Eu acredito que se conseguirmos que todos usem máscaras agora, podemos controlar isso em quatro, seis, oito semanas", afirmou.

O diretor do CDC também disse que usar máscara é uma questão de saúde pública e lamentou que a prática tenha sido tão politizada.

"Estou feliz em ver o presidente e o vice usando máscaras. Claramente, na situação deles, eles poderiam justificar com facilidade que não precisam, mas precisamos que eles deem o exemplo", disse Redfield. (Agência Brasil)

OMS: países pobres da América Latina devem ter vacina subsidiada

A Organização Mundial da Saúde (OMS) está trabalhando para que nações latino-americanas vulneráveis recebam uma vacina contra a covid-19 "subsidiada" e a um preço "acessível".

Página 3

Previsão do Tempo

Quinta: Dia de sol com algumas nuvens e névoa ao amanhecer. Noite com poucas nuvens.

23° C
12° C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,38
Venda: 5,38

Turismo
Compra: 5,36
Venda: 5,68

EURO

Compra: 6,14
Venda: 6,14

Bolsonaro sanciona lei do novo Marco Legal do Saneamento Básico



Foto: Marcos Corrêa/PR

O presidente Jair Bolsonaro sancionou na quarta-feira (15) a lei do novo Marco Legal do Saneamento Básico no país,

que prevê a universalização dos serviços de água e esgoto até 2033. O texto, aprovado no Congresso no mês passado

após muita discussão, viabiliza a injeção de mais investimentos privados nos serviços de saneamento.

Página 4

Esporte

IMSA: Pipo Derani volta ao palco de suas grandes vitórias

O brasileiro Pipo Derani volta à pista onde conquistou alguns de seus mais importantes e espetaculares triunfos no automobilismo, neste fim de semana, na disputa da terceira etapa da temporada 2020 do IMSA WeatherTech Sportscar Championship, em Sebring, na Flórida (EUA).

Três vezes vencedor das 12 Horas de Sebring (2016, 18 e 19), Derani espera ampliar suas conquistas no circuito na etapa deste sábado. Mas, desta vez, a disputa será numa prova Sprint, com 2h40min de duração.

A bordo do #31 Whelen Engineering Racing Cadillac DPi-V.R, Derani espera con-

tar com o retorno do companheiro e compatriota Felipe Nasr, que não pode disputar a etapa passada, em Daytona, ao testar positivo para Covid-19. Na prova, Nasr foi substituído pelo colombiano Gabby Chaves e eles terminaram a prova na quinta posição.

Com o compatriota, Derani conquistou em 2019 as 12 Horas de Sebring e as 10 Horas de Petit Le Mans e foram campeões do Campeonato Norte-americano de Endurance.

"Sebring é uma pista que eu amo de verdade e já tive muito sucesso no passado, com três vitórias nas 12 Horas de Sebring nos últimos quatro anos, o que sem dúvida é muito especial",

declarou Derani.

"Esta vez, será um desafio diferente, lembrando que esta é uma pista difícil para o piloto e para o carro. A estratégia será muito importante, com certeza, nesta prova mais curta", destacou.

"Mas estamos prontos e eu gosto destas pistas que exigem muito fisicamente e vamos nos inspirar na vitória inesquecível que tivemos lá no ano passado com a Whelen Engineering e toda equipe Action Express", completou o brasileiro, que tem se beneficiado fisicamente dos treinos com o equipamento OYO, uma excelente opção para treinos físicos assertivos em qualquer lugar. Para saber mais:



Foto: José Maria Dias

https://www.o.yofitness.com/

As atividades em Sebring terão início com treinos livres na sexta-feira (17). No sábado, haverá mais uma sessão livre e o

classificatório, a partir das 15h45 (de Brasília). A prova terá sua largada às 18h35 (de Brasília) e será transmitida ao vivo pelo Fox Sports.

Stock Car e Stock Car Light anunciam primeira etapa de 2020 em Goiânia

A Stock Car e Stock Car Light confirmaram a realização da primeira etapa de 2020, após a Secretaria da Saúde do Estado de Goiás analisar o protocolo de segurança produzido pelos organizadores e emitir autorização para que o principal campeonato brasileiro de automobilismo abra a temporada no próximo dia 26 de julho. Após a retomada de torneios importantes como a Fórmula 1, Nascar, Indy e campeonatos de futebol da Euro-

pa e no Brasil, a Stock Car torna-se mais uma competição profissional de ponta a dar início às suas atividades em 2020. Em função da quarentena gerada pelo coronavírus, a Stock adiou todas as etapas do primeiro semestre e agora retoma sua temporada justamente em Goiânia, onde havia planejado iniciar seu campeonato antes da pandemia. As corridas serão realizadas com portões fechados, sem público, e contará com um número restrito de profissionais envolvidos

com as provas.

"Até o momento nós não havíamos anunciado nada em relação à abertura da temporada pois sempre estivemos aguardando a decisão das autoridades sanitárias locais", diz Carlos Col, CEO da Vicar, empresa organizadora da Stock Car e da Stock Light. "Mas estamos felizes agora em poder anunciar que vamos abrir a temporada, seguindo a orientação das autoridades e ainda com um protocolo de segurança muito rígido, que vai possibilitar que

trabalhe dentro de um alto padrão de segurança se comparado à maioria absoluta das atividades liberadas para o momento", diz o dirigente.

O início da temporada da Stock Car traz para os fãs brasileiros do automobilismo uma grande novidade: a principal categoria do país colocará na pista o projeto 2020, que apresenta os dois novos carros a serem utilizados pelos maiores pilotos em atividade no Brasil. O renovado Chevrolet Cruze Stock Car e o

estreado Toyota Corolla Stock Car, que entrarão na pista com novidades técnicas, visual arrojado baseado nos modelos de rua e o tradicional equilíbrio de desempenho que historicamente tem marcado as temporadas da Stock, tornando-a uma das categorias mais admiradas em todo o mundo pela imprevisibilidade na pista.

A programação completa da primeira etapa da Stock Car será apresentada em breve.

A pandemia do novo coronavírus vai levar a uma queda de 9,1% na atividade econômica da América Latina e do Caribe em 2020. Com a retração, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita da região deve voltar ao alcançado em 2010, ou seja, a queda representa um retrocesso de 10 anos nos níveis de renda por habitante da região.

A estimativa foi divulgada na quarta-feira (15) pela Co-

missão Econômica para a América Latina (Cepal), organismo ligado à Organização das Nações Unidas. O órgão lançou um relatório atualizando para baixo a previsão de retração na atividade econômica da região.

O texto ressalta que a região vai acompanhar a tendência de queda na economia mundial. Dados da Cepal indicam que a queda no comércio mundial de bens e serviços pode chegar até 32%. Página 3

Inflação para o mês de julho fica em 1,91%, diz FGV

O Índice Geral de Preços - 10 (IGP-10) registrou inflação de 1,91% em julho deste ano. A taxa é superior à observada em junho (1,55%). Com isso, o indicador nacional medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), acumula taxa de inflação de 6,23% em 12 meses.

A alta da taxa de maio para junho foi puxada pelos preços no atacado, varejo e na construção.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo, que mede o atacado, subiu de 2,35% em junho para 2,54% em julho.

O Índice Nacional de Custo da Construção subiu de 0,21% para 0,62% no período. Já o Índice de Preços ao Consumidor, que mede o varejo, passou de uma deflação (queda de preços) de 0,33% em junho para uma inflação de 0,50% em julho. (Agência Brasil)

Governo promove ações para entrega de documentos do Poupatempo e do Detran

Página 2

Dataprev conclui análise de contestações do auxílio emergencial

O auxílio emergencial de R\$ 600 deve ser liberado para cerca de 1,5 milhão de pessoas nos próximos dias. Todas elas recorreram e passaram por nova análise da Dataprev, empresa responsável pelo processamento de dados, para receber as cinco parcelas da ajuda, paga pelo governo federal por causa da pandemia do novo coronavírus.

"Até momento, a situação da Dataprev no reconhecimento do direito do cidadão está restrita apenas à primeira parcela do benefício". Página 3

Secretaria de Saúde intensifica vacinação contra o sarampo

A Secretaria de Estado da Saúde iniciou na quarta-feira (15) uma intensificação da vacinação contra o sarampo, com o objetivo de atualizar a carteira de crianças e pessoas que ainda não estão imunizadas.

A vacina tríplice viral protege contra sarampo, rubéola e caxumba. Até o dia 31 de agosto, doses estarão disponíveis em todos os postos de vacinação do estado de São Paulo, e serão aplicadas em pessoas com idade entre 1 a 29 anos que ainda não tomaram as duas doses previstas no calendário nacional de

imunização.

Os bebês com seis meses ou mais também devem receber a chamada "dose zero", que não é contabilizada no calendário, mas é recomendada devido à circulação do vírus no território. Pessoas de 30 a 49 anos também podem se vacinar, caso haja necessidade. Por isso, é importante apresentar a carteira para um que um profissional de saúde avalie se é o caso de aplicar a dose.

"Seguindo todas as recomendações de prevenção à COVID-19, é de extrema importância o

comparcimento nos postos para atualização da carteira vacinal. A vacina é a maior prevenção contra diversas doenças, inclusive o sarampo", afirma a diretora de Imunização da Pasta, Nubia Araujo. É fundamental que as pessoas se lembrem de evitar aglomerações e respeitar a organização dos serviços.

O calendário nacional de vacinação prevê a aplicação da tríplice aos 12 meses e também aos 15 meses para reforço da imunização com a tetravalente, que protege também contra varicela. Além disso, há a "dose zero" para os bebês com seis meses ou

mais. As salas de vacinação estão orientadas a fazer triagem de crianças que tenham alergia à proteína lactalbumina, presente no leite de vaca, para que estas recebam a dose feita sem esse componente.

O Programa Estadual de Imunização prevê que crianças e adultos, com idade entre um ano a 29 anos, devem ter duas doses da vacina contra o sarampo no calendário. Acima desta faixa, até 60 anos, é preciso ter uma dose. Não há indicação para pessoas com mais de 61 anos, pois esse público potencialmente teve contato com o vírus no passado, possuindo imunidade por

toda a vida. Portanto, não há recomendação para este público na diretoria do Ministério da Saúde.

A vacina é contraindicada para bebês com menos de 6 meses, bem como para pessoas imunodeprimidas e gestantes. As pessoas que tiverem dúvidas quanto à imunização adequada devem procurar um posto, com a carteira vacinal em mãos, para que um profissional de saúde verifique a necessidade de atualização.

Balancos
O Centro de Vigilância Epidemiológica estadual realiza monitoramento contínuo da circulação de doenças. Em 2020,

até 13 de julho, 83 cidades registraram casos de sarampo, totalizando 711 casos confirmados e um óbito, de uma criança na cidade de São Paulo. Em 2019, foram 17.676 casos e 14 mortes.

A imunização contra o sarampo faz parte da rotina dos postos. De janeiro até o momento, foram aplicadas 1 milhão de doses da vacina tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola). A cobertura foi superior a 90% na última campanha.

A disponibilização de doses contra doenças, incluindo o sarampo, que circulam no território, é fundamental para garantir a imunização.



MÍDIAS

O jornalista Cesar Neto publica sua coluna diária de política na imprensa de São Paulo (Brasil) desde 1993. Na Internet desde 1996, www.cesarneto.com tornou-se referência ... Twitter, @CesarNetoReal ... Email cesar@cesarneto.com

CÂMARA (SP)

Vida voltando quase ao normal - mas não natural - ao Palácio Anchieta, no qual não são poucos os vereadores que têm alguma chance de se reeleger, uma vez que a eleição foi adiada para 15 novembro e ainda terão rádio e televisão (propaganda eleitoral)

PREFEITURA (SP)

O comunicador e deputado federal (SP) Russomanno (REPUBLICANOS ex-PRB) é ou não é candidato à prefeitura paulistana, contra a tentativa de reeleição do Bruno Covas (PSDB)? Com a palavra, o deputado federal (SP) Marcos Pereira, presidente nacional

ASSEMBLEIA (SP)

Vida voltando quase ao normal - mas não natural - ao Palácio 9 de Julho, no qual praticamente não há clima pra oposições ao governador Doria (liderança nacional do novo PSDB 'liberal de centro'). Tá tudo dominado, como se diz nas periferias paulistas

GOVERNO (SP)

Embora preocupado com o fato da ainda ditadura política - e da festejada medicina cubana - não descartar o uso da medicação cloroquina, Doria (líder nacional do novo PSDB) tá descartando Reveillon e Carnaval antes da vacina (do laboratório chinês)

CONGRESSO (BR)

Os deputados federais e senadores dos altos clerics partidários do 'centro' de legendas ditas às esquerdas, seguem sustentando narrativas e discursos usados desde o pós-2ª Guerra Mundial do Século 20 pra criminalizar governos (no caso Bolsonaro)

PRESIDÊNCIA (BR)

Festejando sua melhora perante o mutante vírus Corona (Covid 19), através do uso da hidroxicloroquina, Bolsonaro vai acabar trocando o ainda ministro (geral da ativa) da Saúde. Enquanto isso, as reformas tributária e administrativa voltam à pauta

PARTIDOS

PSDB - ao dizer que até o ano que vem os números de mortes do Corona vírus (Covid 19) seguirão altos, Dima Covas (que não tem nenhum parentesco com o prefeito de São Paulo) pode induzir que só a vacina (Butantã com laboratório chinês) resolverá

JUSTIÇAS (BR)

Ao atacar o governo Bolsonaro (via geral da ativa no ministério da Saúde), Mendes (Supremo) tá mantendo o termo 'genocídio' (Covid 19) do governo. Mas não foi o Supremo que deu aos governos estaduais e prefeituras o processo contra a pandemia?

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Radiobrás - Agência Brasil

Publicidade Legal
Balancos, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50
Jornalista Responsável
Marta Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Governo promove ações para entrega de documentos do Poupatempo e do Detran

O Governador João Doria anunciou na quarta-feira (15) ações para agilizar a entrega de documentos do Poupatempo e do Detran.SP aos cidadãos de São Paulo. A iniciativa evita deslocamentos, aumenta o isolamento social e diminui riscos às pessoas em meio à pandemia do coronavírus.

"Cada vez mais Detran.SP e Poupatempo serão digitais para atender corretamente a população do estado de São Paulo de forma precisa e eficiente", disse Doria. A partir da próxima segunda-feira (20), o Poupatempo e o Detran.SP passam a entregar pelos Correios, de forma gradual, RGs e CNHs emitidos antes do início da quarentena no estado. A medida é válida para todas as unidades e as postagens serão feitas de acordo com a data de atendimento nos postos.

Os primeiros a receberem as postagens são os cidadãos atendidos em março para solicitação de RG. Na semana seguinte, a entrega será de CNHs emitidas entre janeiro e março. Em outra etapa, Poupatempo e Detran.SP contemplarão pedidos de Cartas de Identidade em atendimento nos meses de janeiro e fevereiro.

Neste primeiro momento serão entregues 195 mil documentos que já estão prontos - 130 mil RGs e 65 mil CNHs. A entrega será realizada no endereço de cadastros e não haverá cobrança aos cidadãos pelo recebimento do documento em casa.

A estimativa é que aproximadamente 15% do total de documentos nos postos não puderam ser entregues por inconsistência cadastrada, como a falta de endereço. Caso o cidadão não receba a correspondência em até três semanas, deve entrar em contato por meio dos canais de atendimento ao cidadão: o Fale Conosco, no portal do Poupatempo ou o Fale com o Detran.SP, no site do órgão.

Entrega de CRV para pessoas físicas
A partir desta quinta-feira (16), o Detran.SP passa a entregar, por sistema drive thru, os Certificados de Registro de Veículos (CRV) aos motoristas que precisam do documento com urgência. Serão priorizados os casos de conclusão de vendas ou necessidade em virtude de inventário. Posteriormente, a ação será estendida para atendimento a toda a população. A medida é válida para unidades do Detran.SP em todo o estado.

A solicitação por pessoas físicas (particulares) deverá ser feita pelos portais do Detran.SP (www.detransp.gov.br) e do Poupatempo (www.poupatempo.sp.gov.br), por meio de um canal exclusivo para cadastro dos pedidos. Equipes dos órgãos irão analisar as demandas, em caráter de urgência, e entrar em contato para realizar o atendimento. Para a segurança de funcionários e motoristas, serão seguidos todos os protocolos sanitários e de distanciamento social. O uso de máscara é obrigatório. O diferencial da medida é a praticidade de ser atendido sem necessidade de deslocar o veículo.

Com mais esta iniciativa, o órgão estadual de trânsito espera liberar mais de 100 mil CRVs prontos que não puderam ser retirados por pessoas físicas devido à suspensão temporária dos atendimentos presenciais.

Entrega de CRV para despachantes
O Detran.SP já havia iniciado em 1º de julho a entrega do CRV via drive thru para despachantes, profissionais responsá-

veis por cerca de 70% dos documentos de veículos retidos nos postos. Para evitar aglomerações, o atendimento ocorre com agendamento prévio de data e horário pelo Sistema de Gerenciamento dos Serviços de Cadastro de Registro de Veículos (e-CRVsp), respeitando protocolos de segurança e distanciamento social. O motorista não precisa sair do veículo para entregar e retirar a documentação.

Por conta da suspensão temporária do atendimento presencial nas unidades do Detran.SP e do Poupatempo, cerca de 320 mil CRVs emitidos antes da pandemia aguardavam para serem retirados. Até o momento, na primeira etapa da ação, 110 mil deles já foram entregues nas 143 unidades com agendamento ativo.

Devido ao êxito da ação, o Detran.SP, em continuidade ao processo de retomada gradual das atividades, ampliou a área de abrangência, permitindo o agendamento pelos despachantes para todo o Estado, inclusive nos municípios que estão na fase vermelha do Plano São Paulo.

"A utilização do sistema drive thru é um passo importante para a retomada gradual das atividades presenciais tão esperadas pelos cidadãos. Com a entrega desses documentos, esperamos suprir as necessidades daqueles que têm urgência para resolver questões imediatas. Mesmo com a pandemia, ampliamos as opções digitais, no site e aplicativo do Detran.SP e Poupatempo, para realização dos principais serviços públicos do Estado", explica o Diretor-Presidente do Detran.SP, Ernesto Mascellani Neto.

Entrega de CNHs para Centros de Formação de Condutores (CFCs)
A partir do dia 22, o Detran.SP

fará entregas via drive thru para solicitações realizadas pelos Centros de Formação de Condutores (CFCs), mediante agendamento prévio. Cerca de 10 mil CNHs emitidas por essa categoria estão prontas para serem entregues.

Para retirar as CNHs nas unidades, os CFCs deverão agendar data e horário pelo portal do Detran.SP (www.detransp.gov.br) ou do Poupatempo (www.poupatempo.sp.gov.br). Após realizar a solicitação, é só comparecer ao local escolhido com o malote e a documentação requerida.

Todos os motoristas podem baixar a CNH digital, que tem a mesma validade do documento impresso, pelo aplicativo Carteira Digital de Trânsito (CDT).

Serviços durante a pandemia

Para suprir as necessidades da população durante a pandemia, o Poupatempo priorizou atendimentos emergenciais para entrega e emissão de RGs. No caso de Carteira de Identidade pronta, já emitida, a equipe do Poupatempo avalia os pedidos recebidos e entra em contato com os cidadãos agendando dia e horário para retirada do documento na unidade onde o serviço foi solicitado. Já as emissões de documentos novos são direcionadas ao Instituto de Identificação Ricardo Guimarães Daut (IRIGD), órgão da Polícia Civil, para as providências cabíveis.

Após o fechamento temporário dos postos, já foram realizadas mais de 6 milhões de interações por meio dos canais de atendimento e entregues quase 10 mil documentos à população. Detran.SP e Poupatempo têm mais de 70 serviços digitais para atendimento à população.

Fundação Itesp garante preservação ambiental em assentamentos rurais de SP

A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), por meio do Programa Nascentes, maior iniciativa já lançada pelo Governo de São Paulo na área ambiental, realiza um trabalho no campo de preservação ambiental em áreas dos assentamentos rurais do território paulista.

A iniciativa, com gestão eficiente e planejada, visa a recuperar áreas de reserva legal, de preservação permanente e vegetações no entorno de rios, córregos, lagos e represas. Atualmente, estão sendo recuperados com esse trabalho 750 hectares. Uma das ações em destaque é o esforço na recuperação ambiental com plantio de 374.080 mudas em 224 hectares em uma Área de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal do Assentamento Santa Maria II, na Zona de Amortecimento da Estação Ecológica (ESEC) Mico-Leão-Preto, localizada no município de Marabá Paulista, na Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema.

Essa atividade foi concluída em parceria com a Concessionária Auto Raposo Tavares (CART), após um acordo assinado em novembro de 2019. Es-

sas parcerias possibilitam ações de recuperação ambiental em áreas de reserva legal, de preservação permanente e vegetações no entorno de rios, córregos, lagos e represas. Atualmente, estão sendo recuperados com esse trabalho 750 hectares. Uma das ações em destaque é o esforço na recuperação ambiental com plantio de 374.080 mudas em 224 hectares em uma Área de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal do Assentamento Santa Maria II, na Zona de Amortecimento da Estação Ecológica (ESEC) Mico-Leão-Preto, localizada no município de Marabá Paulista, na Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema.

Recuperação ambiental
São várias atividades em andamento, com destaque também para recuperação ambiental dos assentamentos. Asa Branca (24 hectares), Fusquinha (15,40 hectares), Laidenor de Souza (30 hectares), Nossa Senhora das Graças (26,33 hectares), Santa Tereza (35,65 hectares) e São Camilo (41,42 hectares), com recursos da parceria entre os MPP/MP-SP/CESP. Somando uma área total de 172,80 hectares de área de Preservação Permanente (APP) com o plantio de 277.996 mudas, na Bacia do Pontal do Paranapanema.

Segundo o chefe de gabinete da Fundação Itesp, Marco Silva, que responde atualmente pela diretoria executiva, essa gestão dentro dos assentamentos rurais garante a preservação



Foto: Fundação Itesp

ambiental tão importante para a biodiversidade. "A Fundação Itesp tem participação ativa no Programa Nascentes, desenvolvendo projetos de restauração ambiental nas áreas de APP e reserva legal dos assentamentos e disponibilizando áreas para a implantação de projetos de restauração ecológica, mediante o estabelecimento de parcerias com entidades governamentais e não-governamentais", disse.

Programa Nascentes
Essas iniciativas são realizadas pelo Programa Nascentes e têm como objetivo evitar assoreamento, ajudar na regularização da vazão, oferecer abrigo e alimentação à fauna.

Atualmente, a instituição conta com um banco de áreas a serem recuperadas em assentamentos estaduais localizados em 34 municípios do Estado de São Paulo, sendo que essas áreas são disponíveis aos acessíveis a todos interessados que queiram implementar projetos de restauração ambiental, inclusive aqueles que possuem compromissos ambientais junto à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e/ou Ministério Público.

A Fundação Itesp está aberta a novas parcerias sempre em busca de preservação ambiental das áreas onde estão localizados os assentamentos rurais do estado de São Paulo.

Lembre sempre de lavar as mãos

Ministério mantém projeção de queda do PIB em 4,7% neste ano

O Ministério da Economia manteve a previsão de queda do Produto Interno Bruto (PIB) em 4,7%, este ano. O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país. A estimativa está no boletim macrofiscal da Secretaria de Política Econômica (SPE), divulgado na quarta-feira (15). Também foi mantida a previsão de crescimento de 3,2% do PIB para 2021.

"Apesar da extensão do isolamento social, a projeção do crescimento do PIB para 2020 foi mantida em -4,7% diante da melhoria dos indicadores, refletindo um efeito positivo das políticas adotadas até então", diz o boletim.

Para a SPE, a atividade econômica foi fortemente impactada pela pandemia em abril e maio deste ano e a perspectiva de recuperação é a partir do segundo semestre. "Resultados da atividade de abril e maio indicam que o vale da crise provocada pela pandemia provavelmente ficou para trás. Houve retração na indústria, comércio e serviços, e apenas a agropecuária apresentou resultados positivos. Muitos indicadores de maio e junho mostram sinais de reação da economia para iniciar a saída do 'fundo do poço' e a recuperação no segundo semestre", diz o boletim.

Para o mercado financeiro, a queda do PIB este ano será maior, de 6,1%. Para 2021, a previsão mais recente do mercado financeiro é de crescimento de 3,5%.

O Secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, disse que analistas que previam queda da economia acima de 6,5% neste ano já estão revisando as projeções para baixo. "Estamos em um ambiente de extrema incerteza. Existem movimentos que pressionam para piorar o PIB e outros, para melhorar", afirmou.

Segundo ele, a duração da pandemia por mais tempo do que previsto inicialmente é um fator que contribui para a piora do resultado. Por outro lado, destacou, as vendas do comércio pela internet e a extensão do auxílio emergencial em mais duas parcelas contribuíram para a retomada da economia.

Inflação
A previsão da inflação em 2020 medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 1,77%, na última publicação do boletim, para 1,60%. "Os principais responsáveis pela menor inflação esperada ainda

deverão ser os bens industriais e os serviços. A desaceleração é resultado direto dos impactos na atividade econômica. Ademais, os preços monitorados também apresentaram forte recuo com destaque para energia elétrica, gasolina e óleo diesel. Em sentido oposto, o grupo alimentação no domicílio que engloba, genericamente, alimentos vendidos por mercados e estabelecimentos similares, apresentaram aceleração", diz o boletim.

Já para inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a estimativa passou de 2,45% para 2,09%. No caso do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), a expectativa de variação passou de 4,49% para 6,58%, neste ano. (Agência Brasil)

INTERNACIONAL

Cepal: economia na América Latina deve cair 9,1% em 2020, com pandemia

A pandemia do novo coronavírus vai levar a uma queda de 9,1% na atividade econômica da América Latina e do Caribe em 2020. Com a retração, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita da região deve voltar ao alcançado em 2010, ou seja, a queda representa um retrocesso de 10 anos nos níveis de renda per habitante da região.

A estimativa foi divulgada na quarta-feira (15) pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), organismo ligado à Organização das Nações Unidas. O órgão lançou um relatório atualizando para baixo a previsão de retração na atividade econômica da região.

O texto ressalta que a região vai acompanhar a tendência de queda na economia mundial. Dados da Cepal indicam que a queda do comércio mundial de bens e serviços pode chegar até 32%. Na região, as exportações já apresentaram queda de 23%. Em abril, a projeção de queda do PIB era de 5,3%. Agora, segundo o relatório, a região apresentará uma queda do PIB de -9,1% em 2020, com diminuições de -9,4% na América do Sul, -8,4% na América Central e México e -7,9% no Caribe excluindo a Guiana, cujo forte crescimento leva o total sub-regional a uma menor contração (-5,4%).

Entre os países, as quedas mais significativas apontadas pelo relatório ocorrerão na Venezuela, cuja estimativa de queda do PIB é de 26%; Belize, com queda de 14%; e Peru, com redução de 13%. No Brasil, a queda projetada do PIB é de 9,2%.

Com a redução da atividade econômica espera-se que a taxa de desemprego regional seja em torno de 13,5% no final de 2020, o que representa um aumento de dois pontos percentuais na comparação com a estimativa divulgada em abril e um aumento de 5,4 pontos percentuais em relação ao valor registrado em 2019 (8,1%). O relatório estima ainda que a retração econômica deve ocasionar o fechamento de mais de 2,7 milhões de micro e pequenas empresas, ocasionando perda de 8,5 milhões de postos de trabalho. As microempresas serão as mais afetadas.

A crise econômica provocada pelo novo coronavírus deve ocasionar o fechamento de 2,65 milhões de empresas. Além disso, 100 mil pequenas empresas de setores mais afetados pela pandemia, como o comércio, turismo entre outros, devem fechar as portas.

De acordo com o relatório, o número total de desempregados deve chegar a 44,1 milhões de pessoas, o que representa um aumento de quase 18 milhões com relação ao nível de 2019 (26,1 milhões de desempregados).

O relatório destaca ainda que a queda do PIB e o aumento do desemprego terão um efeito negativo direto sobre a renda familiar. Com isso, a Cepal projeta que o número de pessoas em situação de pobreza aumentará 45,4 milhões em 2020, ficando em 230,9 milhões.

A projeção corresponde a um aumento de 37,3% da população latino-americana em relação ao registrado em 2019, quando 185,5 milhões se encontravam nessa condição.

Medidas

A Cepal defende que, apesar de os países da região, em sua maioria, terem adotado medidas com renda básica de emergência para auxiliar financeiramente as famílias, é necessário um esforço adicional para satisfazer as necessidades básicas e sustentar o consumo das famílias.

Entre as medidas apontadas como necessárias estão a criação de um bônus contra a fome, equivalente a 70% de uma linha regional de extrema pobreza (US\$ 67 de 2010) e cujo custo total é estimado em US\$27,1 bilhões (0,52% do PIB regional), a possibilidade de expansão da renda básica de emergência para nove meses, além de iniciativas para apoiar empresas e trabalhadores em risco.

O relatório diz ainda que os países devem impulsionar a retomada da atividade econômica, evitando medidas de austeridade e promovendo estímulos fiscais. Também diz que as instituições financeiras internacionais devem aumentar as linhas de crédito. (Agência Brasil)

OMS: países pobres da América Latina devem ter vacina subsidiada

A Organização Mundial da Saúde (OMS) está trabalhando para que nações latino-americanas vulneráveis recebam uma vacina contra a covid-19 "subsidiada" e a preço "acessível", assim que uma imunização estiver disponível, disse a diretora regional da entidade para as Américas, Carissa Etienne.

A América Latina se tornou o epicentro mais recente da pandemia e, na segunda-feira (13), o número de mortes pelo novo coronavírus na região ultrapassou a soma de óbitos nos Estados Unidos (EUA) e no Canadá pela primeira vez desde o início do surto. Muitas nações latino-americanas têm enfrentado dificuldades em seus sistemas de saúde para lidar com os 3,4 milhões de casos confirmados e as 146 mil mortes por covid-19 na região.

Em entrevista virtual, Carissa disse que a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), escritório regional da OMS sediado em Washington, está trabalhando "para que os países latino-americanos mais vulneráveis da região recebam a vacina contra covid-19 de forma subsidiada e a um preço acessível".

A corrida global por uma vacina e tratamentos contra o novo coronavírus se transformou em uma batalha entre as nações mais ricas do mundo, algumas das quais estão comprando estoques de remédios ou encomendando suprimentos futuros das vacinas mais promissoras.

Nações latino-americanas com orçamentos pequenos terão dificuldade para competir, disseram especialistas. "Para que serve uma vacina se as pessoas não têm acesso a ela?", questionou Carissa Etienne.

As Opas tem um mecanismo de cooperação chamado "Fundo Rotatório", por meio do qual vacinas, seringas e suprimentos relacionados são comprados em nome de seus Estados-membros, independentemente de tamanho ou condições econômicas.

Carissa disse que sua organização está negociando "ativamente" com o Fundo Global de Acesso a Vacinas contra Covid-19, conhecido como Covax, para "obter as melhores condições possíveis para os países da região". (Agência Brasil)

União pagou R\$ 5,48 bilhões de dívidas de estados no primeiro semestre

O Tesouro Nacional pagou, no primeiro semestre, R\$ 5,48 bilhões em dívidas atrasadas de estados. Desse total, a maior parte, R\$ 2,04 bilhões, é relativa a atrasos de pagamento do estado do Rio de Janeiro. Também foram pagos R\$ 1,93 bilhão de Minas Gerais e R\$ 553,18 milhões de Goiás.

Os dados estão no Relatório de Garantias em Honra pelo União em Operações de Crédito, divulgado na quarta-feira (15) pela Secretaria do Tesouro Nacional. As garantias são executadas pelo governo federal quando um estado ou município ficar inadimplente em alguma operação de crédito. Nesse caso, o Tesouro cobre o calote, mas retem depósitos da União para o ente devedor até quitar a diferença, cobrando multa e juros.

Apenas em junho, a União quitou R\$ 1,26 bilhão de dívidas em atraso de entes subnacionais. Desse total, R\$ 640,96 milhões couberam a Minas Gerais, R\$ 564,21 milhões ao estado do Rio, R\$ 49,79 milhões ao Rio

Grande do Norte e R\$ 3,98 milhões ao Maranhão.

Com a deterioração fiscal decorrente da pandemia do novo coronavírus, o número de estados com dívidas em atraso cobertas pelo Tesouro aumentou. No primeiro semestre de 2019, apenas Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás tinham problemas de inadimplência. Nos seis primeiros meses deste ano, além dos três estados, Roraima, Piauí, Amapá, Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Paraíba, São Paulo, Tocantins e Maranhão tiveram garantias honradas pela União.

Em relação aos municípios, o Tesouro cobriu R\$ 30,95 milhões de dívidas em atraso de sete prefeituras nos seis primeiros meses de 2020. No mesmo período do ano passado, a União não tinha feito nenhuma operação do tipo. O uso de garantias do Tesouro cresceu em 2016, 2017, 2018 e 2019, o Tesouro cobriu, respectivamente, R\$ 2,377 bilhões, R\$ 4,059 bilhões, R\$ 4,803 bilhões e R\$

8,35 bilhões de dívidas em atraso de estados e municípios.

As garantias honradas pelo Tesouro são descontadas dos repasseiros da União aos entes federados - como receitas dos fundos de participação e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), dentre outros. Sobre as obrigações em atraso incidem juros, mora e outros custos operacionais referentes ao período entre o vencimento da dívida e a efetiva honra dos valores pela União.

Nos últimos dois anos, no entanto, decisões do Supremo Tribunal Federal impediram a execução das contragarantias de vários estados em dificuldade financeira. Com a adesão do estado do Rio de Janeiro ao pacote de recuperação fiscal, no fim de 2017, o estado pôde contratar novas operações de crédito com garantia da União, mesmo estando inadimplente. Algumas contragarantias de Minas Gerais também não estão sendo executadas por causa de liminares concedidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Dataprev conclui análise de contestações do auxílio emergencial

O auxílio emergencial de R\$ 600 deve ser liberado para cerca de 1,5 milhão de pessoas nos próximos dias. Todas elas recorreram e passaram por nova análise da Dataprev, empresa responsável pelo processamento de dados, para receber as cinco parcelas da ajuda, paga pelo governo federal por causa da pandemia do novo coronavírus.

"Até momento, a atuação da Dataprev no reconhecimento

do direito do cidadão está resultando apenas na primeira parcela do benefício. A reavaliação e autorização para pagamento das demais parcelas são hoje realizadas pelo Ministério da Cidadania", ressalta o órgão.

Após essa etapa de validação do órgão gestor do programa, os dados serão atualizados no portal de consultas da empresa. O conjunto de informações engloba os pedidos realizados nos três últimos meses", afirmou a empresa ao acrescentar que o resultado da análise foi encaminhado ao Ministério da Cidadania para homologação.

Beneficiários
Até 2 de julho, os registros da Dataprev indicam que aproximadamente 124,2 milhões de pessoas foram diretamente ou indiretamente beneficiadas pelo auxílio emergencial do governo federal. O número contabiliza os 65,4 milhões de cidadãos considerados elegíveis e os membros de suas famílias.

Mais da metade, 65,4 milhões, foram consideradas aptas para receber a ajuda e outras 42,5 milhões não preencheram os requisitos. Até agora, segundo a Caixa, mais de R\$ 121,1 bilhões foram pagos a 65,2 milhões de beneficiários inscritos por meio do Cadastro Único, do Programa Bolsa Família, ou pelo site e pelos aplicativos do banco de defesa do Brasil.

Bancos Pan, BMG e Inter lideram ranking de reclamações ao BC

O Banco Pan ficou em primeiro lugar no ranking de reclamações contra instituições financeiras no segundo trimestre de 2020. De acordo com dados divulgados na quarta-feira (15) pelo Banco Central (BC). Para a elaboração do documento, foram consideradas as instituições com mais de 4 milhões de clientes. O BMG ficou em segundo lugar e o Banco Inter em terceiro.

No período, o BC recebeu 794 queixas consideradas procedentes contra o Banco Pan, a maioria por "irregularidades relativas à integridade, confiabilidade, segurança, ao sigilo ou à legitimidade dos serviços relacionados a operações de crédito".

O BMG recebeu 520 reclamações, a maioria delas sobre "oferta ou prestação de informação sobre crédito consignado de forma inadequada". Já o Inter recebeu 557, sendo a maior parte das reclamações sobre "irregularidades relativas à in-

tegridade, confiabilidade, segurança, sigilo ou legitimidade das operações e serviços relacionados a cartões de crédito".

Para elaborar o ranking, as reclamações procedentes são divididas pelo número de clientes da instituição financeira e multiplicadas por 1 milhão. Assim, é gerado um índice, que representa o número de reclamações do banco para cada grupo de 1 milhão de clientes. O resultado é, portanto, avaliado pela quantidade de clientes de cada instituição. Com esse cálculo, o Pan ficou com o índice de 158,89. As queixas contra o BMG resultaram no índice 99,80. E o Banco Inter ficou com índice 97,92. O Banco Pan tem 4.996.952 clientes, o BMG tem 5.210.230 e o Inter, 5.688.290.

Entre os bancos com maior número de clientes, o Santander, com 49.334.145, apareceu em quarto lugar no ranking com 2.040 reclamações consideradas proceden-

tes. Em seguida, na quinta colocação, vem a Caixa Econômica Federal, com 3.053 reclamações. O banco tem 115.407.209 clientes.

Na sexta posição vem o Bradesco, com 2.408 reclamações e 98.855.959 clientes. O Banco do Brasil, que tem 67.076.893 clientes, ficou na sétima posição, somando 1.527 reclamações procedentes. O Itaú vem na sequência, em oitavo lugar, com 1.750 reclamações consideradas procedentes dos seus 82.959.663 clientes.

Reclamações
A maioria das reclamações registradas pelo BC e consideradas procedentes é por irregularidades relativas à integridade, confiabilidade, segurança, ao sigilo ou à legitimidade das operações e serviços relacionados a cartões de crédito (2.228) e a operações de crédito (2.050). No total, o BC considerou procedentes 15.758 queixas de clientes

Lembre sempre de lavar as mãos

Calamidade por projeto emergencial de auxílio financeiro

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (15) o Projeto de Lei 2801/20, que impede o bloqueio bancário e judicial do auxílio emergencial de R\$ 600 pago em decorrência da pandemia de covid-19. A exceção é o caso de pensão alimentícia...

Muitos não terão como colocar comida na mesa e vão passar fome, se o socorro que chega for bloqueado judicialmente", argumenta o relator, deputado Aldo Rebelo (Solidariedade-RJ).

A iniciativa dos deputados foi tomada após decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de rejeitar esse tipo de medida durante o período de calamidade pública.

Em termos concretos, o auxílio emergencial não poderá ser alvo de outros benefícios para distribuição direta de renda, enquanto durar a pandemia. "Entendemos que é essencial deixar explícito na lei que os valores recebidos a título de auxílio emergencial não poderão alimentar e não podem receber qualquer tipo de construção, inclusive judicial, seja pelo sistema BacenJud, ou qualquer outro (Agência Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Cartonificão Valinhos/SP CNPJ nº 12.565.920/01-94 Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária...

CONTER CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S.A. Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação Ficam convocados os acionistas desta Companhia...

Concessionária SPMAR S/A CNPJ nº 09.191.336/0001-53 NIRE: 35.300.885.186 Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária...

BNT S.A. CNPJ nº 06.780.000/00-08 NIRE: 35.300.021.436 Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária...

RS HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ nº 35.662.545/0001-48 NIRE: 35.300.422.710 Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária...

GAIA SECURITIZADORA S.A. Companhia Aberta - CNPJ nº 07.587.884/0001-30 NIRE: 35.300.369.149 Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária...

Carvalho Empreendimentos e Construções Ltda. CNPJ nº 12.565.920/01-94 Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária...

Sergius Construções e Comércio Ltda. CNPJ nº 08.088.181/0001-25 NIRE: 35.300.369.149 Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária...

FENCIAPAR S.A. CNPJ nº 74.026.097/0001-20 NIRE: 35.300.369.149 Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária...

Koosmos Comércio de Veículos S/A - ENCONCOPAR S/A CNPJ nº 02.854.030/0001-00 NIRE: 35.300.369.149 Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária...

Baumer S.A. Companhia Aberta CNPJ nº 61.674.161/0001-30 NIRE: 35.300.027.213 Convocação para Assembleias Gerais Ordinárias...

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES DATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2020...

PROVISOS DO BRASIL S.A. CNPJ nº 12.648.320/0001-95 - Companhia Aberta Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária...

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2020...

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2020...

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2020...

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2020...

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2020...

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2020...

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2020...

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2020...

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2020...

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2020...

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2020...

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2020...

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2020...

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2020...

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2020...

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2020...

Paupiza Empreendimentos S/A

Demografia Financeira Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 - Valores expressos em reais - R\$

Demografia das mutuas do Patrimônio Líquido

Letras no Patrimônio Líquido

STRIP MALL S.A.

RELAÇÃO DA DIRETORIA AOS ACIONISTAS

TSB Holding S/A

RELAÇÃO DA DIRETORIA AOS ACIONISTAS

Demografia do Resultado (em reais)

Demografia do Resultado (em reais)

Bricor Empreendimentos e Participações S/A

RELAÇÃO DA DIRETORIA AOS ACIONISTAS

NOTA explicativa da Administração em 2019 (2019) (em reais)
2020/19 em "valor líquido" e "valor líquido líquido"

Demografia Financeira referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Demografia Financeira referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

PORT ROLLOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS S/A - CNPJ/MF nº 06.968.250/0001-00

Demografia Financeira referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Demografia Financeira referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Spread Telefônica Ltda. - CNPJ/MF nº 04.845.000/0001-04

PROCESSO Nº 1007800-16/2016-8.26.0009/A MP. Juiz de Direito da 1ª Vara

Harmonia Asset Management S.A. - CNPJ/MF nº 16.000.000/0001-00

ISEC SECURITIZADORA S.A. - CNPJ/MF nº 06.330.340/0001-49

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A. - CNPJ/MF nº 06.353.200/0001-42

Demografia Financeira referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

EDITAL DE LICITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 100438-83/2016-8.26.0004/AM

EDITAL DE LICITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006979-20/2016-8.26.0002/AM

EDITAL DE LICITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006979-20/2016-8.26.0002/AM

Bolsonaro sanciona lei do novo Marco Legal do Saneamento Básico

Covid-19: Brasil tem 1,96 milhão de casos e 75,3 mil mortes

O Brasil chegou a 1.966.748 de casos confirmados acumulados de covid-19 e o total de 75.366 óbitos desde o início da pandemia do novo coronavírus. O número foi divulgado na atualização diária do Ministério da Saúde na quarta-feira (15), durante entrevista coletiva no Palácio do Planalto.

Nas últimas 24h, foram 39.924 novos registros de pessoas diagnosticadas com covid-19 informados pelas autoridades estaduais de saúde. De acordo com a pasta, 635.818 pessoas estão em acompanhamento e outras 1.255.564 se recuperaram da doença.

Os estados com mais mortes por covid-19 são: São Paulo (18.640), Rio de Janeiro (11.757), Ceará (7.030), Pernambuco (5.772) e Pará (5.337). As Unidades da Federação com menos falecimentos pela pandemia são: Mato Grosso do Sul (183), Tocantins (271), Roraima (403), Acre (446) e Amapá (488).

Evolução da curva
Segundo o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, a curva de casos novos por semana epidemiológica oscilou levemente para baixo na última semana (28ª) em comparação com a anterior (27ª), de 262.846 para 263.337. Foi a primeira vez que o total de pessoas infectadas registradas em uma semana foi menor. Até então a curva vinha apresentando números semanais totais ascendentes.

Já a curva de mortes pela covid-19 oscilou levemente para cima no mesmo período. Na 28ª semana epidemiológica, foram 7.204 falecimentos, contra 7.195 na 27ª. Há cerca de um mês e meio os números de óbitos novos por semana vêm oscilando pouco, mantendo uma trajetória de estabilização. A curva, contudo, não apresenta sinais de queda.

Na análise da curva de casos por estados, nove tiveram aumento, oito ficaram estabilizados e 10 experimentaram redução entre as semanas 28 e 27. Já na avaliação de mortes, 12 estados tiveram menos registros, cinco ficaram estabilizados e 10 apresentaram um aumento, especialmente no Sul e Centro-Oeste.

Perguntado sobre o porquê da curva não cair, como em outros países, o secretário de Vigilância em Saúde da pasta, Arnaldo de Medeiros, respondeu que o Brasil tem dimensões continentais e que aqui "a epidemia não se comporta de maneira idêntica em diversas regiões do país". E acrescentou: "Quando olha para algumas regiões tem sensação que o pior já passou. E quando olha para outras, vê que está passando por este momento agora".

Comparação internacional
O Brasil segue em 2º no ranking mundial em número

de mortes e de casos confirmados de covid-19, atrás apenas dos Estados Unidos (que possui 3,4 milhões de pessoas infectadas e 136.466 mortes desde o início da pandemia), quando considerada a comparação proporcional, no critério incidência (casos de covid-19 por 100 mil habitantes), o Brasil cai para a 10ª posição; e no critério mortalidade (quantidade de óbitos por 100 mil habitantes), o país cai para o 11º lugar.

Covid-19 por região
Na comparação das regiões tomando como referência as semanas epidemiológicas, o Norte apresentou redução de mortes de 2% e de casos de 20%. O estado com maior queda foi Roraima (-46% nos casos e 61% nos óbitos).

Na região Nordeste, a redução foi de 8% nas pessoas infectadas e 4% nos óbitos. O Rio Grande do Norte foi o local onde houve maior diminuição (-56% nos casos e -38% nas mortes), enquanto o maior aumento de casos foi em Pernambuco (24%).

No Sudeste, na 28ª semana, foram registrados 7% mais casos e 3% menos falecimentos em decorrência da doença. Em registros de casos confirmados de covid-19, o Rio de Janeiro teve 21% de queda e Minas Gerais 19% de elevação no índice. Já se considerados os óbitos, o Espírito Santo apresentou queda de 26% e Minas Gerais contabilizou incremento de 22%.

No mesmo período, o Sul teve majoração dos casos e falecimentos de, respectivamente, 8% e 36%. As maiores elevações dos índices foram em Santa Catarina (24% nos casos) e Rio Grande do Sul (42% de óbitos).

O Centro-Oeste foi a região com maior incremento de casos (6%) e de mortes (26%). Entre os estados, os destaques negativos foram Mato Grosso (20% nos casos) e Distrito Federal (49% nos falecimentos).

Síndrome Respiratória Aguda Grave

As hospitalizações por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) somaram 404.037 desde o início do ano, tendo 36.830 novas notificações na última semana epidemiológica. Deste total, 191.466 foram por covid-19. Outros 77.348 ainda estão em investigação.

Dos internados por covid-19, 50,4% tinham acima de 60 anos, 43% eram mulheres e 57% eram homens. No recorte por cor e raça, 31,3% eram pardos, 28,4% eram brancos e 4,6% eram pretos.

Já no perfil dos pacientes que faleceram por SRAG diagnosticados com covid-19, 71,8% tinham mais de 60 anos, 42% eram mulheres e 58% eram homens. Na distribuição por raça e cor das vítimas, 35,3% eram pardas, 25,2% eram brancas e 4,9% eram pretas. (Agência Brasil)

O presidente Jair Bolsonaro sancionou na quarta-feira (15) a lei do novo Marco Legal do Saneamento Básico no país, que prevê a universalização dos serviços de água e esgoto até 2033. O texto, aprovado no Congresso no mês passado após muita discussão, viabiliza a injeção de mais investimentos privados nos serviços de saneamento.

Atualmente, em 94% das cidades brasileiras o serviço de saneamento é prestado por empresas estatais. As empresas privadas administram o serviço em apenas 6% das cidades. A nova lei extingue os chamados contratos de programa, aqueles em que prefeitos e governadores firmavam termos de parceria diretamente com as empresas estatais, sem licitação. Com a nova lei, será obrigatória a abertura de licitação, na qual poderão concorrer prestadores de serviço públicos ou privados.

A cerimônia de sanção reuniu vários ministros no Palácio do Planalto. O presidente participou por videoconferência do Palácio da Alvorada. De acordo com o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) já tem uma carteira de mais de R\$ 50 bilhões em investimentos, pronta para ser oferecida à iniciativa privada. O primeiro leilão deve ser em setembro, em Alagoas.

Segundo Marinho, Rio de Janeiro e São Paulo já estão trabalhando para montar suas carteiras. No Amapá, os 16 municípios do estado também consolidaram o consórcio para atrair os investimentos, processo que também está em curso no Acre. A expectativa do governo é de investimentos em torno de R\$ 500 bilhões a R\$ 700 bilhões em dez anos.

Confira a cerimônia completa

De acordo com o presidente do BNDES, Gustavo Montezano, o saneamento será prioritário na agenda do banco para os próximos anos e "não haverá falta de crédito e financiamento para os projetos de esgoto". O encontro também trabalhará como estruturador dos setores e das modelagens de operação para

definir a melhor política pública para cada estado e região, considerando a universalização no menor tempo possível, respeito à capacidade de pagamento de cada localidade, abertura de concorrência e sustentabilidade financeira do projeto.

"Uma boa modelagem, uma boa análise de impacto ambiental, uma boa engenharia são fundamentais para que os recursos sejam otimizados e aportados em tempo e a contento, nessa jornada de anos que temos pela frente", disse. A nova lei prevê também que os contratos em vigor poderão ser prorrogados por mais 30 anos, desde que as empresas comprovem a capacidade econômico-financeira e se adequem aos objetivos de universalização do marco. A metodologia para essa comparação será publicada em até 90 dias, e as empresas terão até 30 de março de 2022 para consolidar os contratos em vigor.

Universalização
As empresas devem ampliar o funcionamento de água para 99% da população e de coleta e tratamento de esgoto para 90% da população, até o final de 2033. Mas há a possibilidade de extensão desse prazo até 2040, caso se comprove a inviabilidade técnica ou financeira.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 35,7% da população brasileira não têm acesso aos serviços de saneamento básico, cerca de 75 milhões de pessoas - soma maior que o número de habitantes da França. Na Região Norte, oito de cada dez domicílios não dispõem de esgoto sanitário (dados de 2018).

Para Marinho, o novo marco é o casamento perfeito entre saúde e economia. "Com as obras de saneamento nós proporcionamos emprego, renda, qualidade de vida, desenvolvimento sustentável, respeito ao meio ambiente, ecologia, tratamento adequado das águas e diminuição da mortalidade infantil, da pressão sobre a rede de saúde pública e de doenças endêmicas que já decuplicaram desde o século passado", destacou.

O novo marco também pre-

vê o sistema de saneamento com prestação de serviço regionalizada. Assim, empresas não podem fornecer serviço apenas para os municípios de interesse delas, que gerem lucro. A prestação regionalizada inclui municípios mais e menos atraentes e não necessariamente contíguos em um mesmo território de prestação.

Para isso, em até 180 dias, os estados devem compor grupos ou blocos de municípios, os quais poderão contratar os serviços de forma coletiva. A adesão é voluntária. O modelo anterior funcionava por meio de subsídio cruzado: as grandes cidades atendidas por uma mesma empresa estatal ajudavam a financiar a expansão do serviço nos municípios menores e mais afastados. "Esse marco vai permitir que os municípios que têm menos capacidade técnica e financeira não sejam deixados para trás", disse o ministro Rogério Marinho.

Outros dispositivos
Também ficou estabelecido um prazo para o fim dos licenças no país. De acordo com o governo, para capitais e regiões metropolitanas, esse prazo é 31 de dezembro deste ano. Para municípios com menos de 50 mil habitantes, o prazo é 2024.

A nova legislação também deve contribuir para a revitalização de bacias hidrográficas, fortalecimento do papel regulatório da Agência Nacional de Águas (ANA) e alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União. Será instituído o Comitê Interministerial de Saneamento Básico (Cisb), sob a presidência do Ministério do Desenvolvimento regional, para assegurar a implementação da política.

O novo marco legal divide opiniões. Entre entidades empresariais, há expectativa de que a mudança na legislação gere condições de investimento e ambiente de negócio que possam favorecer a ampliação dos serviços de abastecimento de água e de coleta de esgoto. As entidades que se opõem temem que a medida privatize o acesso a cursos hídricos e deixe a universalização do saneamento fora de perspectiva.

Votos
De acordo com o ministro Rogério Marinho, o texto foi sancionado com 11 votos. Em nota, a Secretaria-Geral da Presidência explicou a razão de três deles.

Foram vetados os parágrafos 6º e 7º do Artigo 14 pois, "ao criarem uma nova regra para indenização de investimentos não amortizados das prestadoras de saneamento, geram insegurança jurídica por desconhecimento do já previsto na Lei nº 8987/95 (Lei de Concessões)". "Ademais, como não é possível na prática a distinção da receita proveniente de tarifa direcionada para um ativo, haveria inviabilidade de pagamento da indenização", diz a nota.

De acordo com a Secretaria-Geral, também foi vetado o Artigo 16 e o parágrafo único pois permitem a renovação, por mais 30 anos, dos atuais contratos de programa. "[Dessa forma] prolongam demasiadamente a situação atual, de forma a postergar soluções para os impactos ambientais e de saúde pública de correntes de falta de saneamento básico e da gestão inadequada da limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Ademais, os dispositivos foram vetados por estarem em descon-

passo com os objetivos do novo marco legal do saneamento básico, que orientam a celebração de contratos de concessão, mediante prévia licitação, estimulando a competitividade da prestação desses serviços com eficiência e eficácia, o que por sua vez contribui para melhores resultados", diz a nota.

O Artigo 20 do projeto aprovado no Congresso foi vetado integralmente. De acordo com Rogério Marinho, o dispositivo impedia que o setor de tratamento de resíduos sólidos também fosse contemplado no novo marco legal, da mesma forma que o esgotamento na legislação gerou condições de investimento e ambiente de negócio que possam favorecer a ampliação dos serviços de abastecimento de água e de coleta de esgoto. As entidades que se opõem temem que a medida privatize o acesso a cursos hídricos e deixe a universalização do saneamento fora de perspectiva.

Mourão: país está comprometido com atividades sustentáveis na Amazônia

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, disse na quarta-feira (15) que o Estado brasileiro está comprometido com a promoção de atividades produtivas sustentáveis na região Amazônica.

"Infelizmente, grande parte do mundo olha para nosso país somente através de uma janela estreita e por vezes distorcida, a que se abre sobre o desmatamento ilegal e as queimadas na Amazônia. Não negamos nem escondemos informação sobre a gravidade da situação, mas também não aceitamos narrativas simplistas e enviesadas", destacou Mourão.

O vice-presidente reconheceu a pressão cada vez maior que empresas e consumidores exercem sobre os produtores brasileiros, cobrados a preservar o meio ambiente. "As credenciais ambientais são exigidas por empresas e consumidores que confiam na qualidade dos produtos brasileiros", disse o vice-presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal.

Além de Mourão, que preside o conselho nacional, vários ministros participaram da reunião - entre eles, Tereza Cristina (Agricultura, Pecuária e Abastecimento), Bento Albuquerque (Minas e Energia) e Ricardo Salles (Meio Ambiente). O encontro ocorre em um momento em que investidores, grandes empresas, organizações ambientalistas e movimentos sociais do Brasil e de outros países cobram, do governo brasileiro, ações capazes de barrar o desmatamento e assegurar a preservação ambiental, sobretudo



da Amazônia Legal (região que compreende nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).

"A sustentabilidade tornou-se elemento essencial do pacto geracional no século XXI", afirmou o vice-presidente. "Precisamos atacar as causas do desmatamento ilegal de modo a permitir que a liberdade econômica possa prosperar em território amazônico no marco do Estado de Direito e em conformidade com a legislação ambiental brasileira", disse Mourão.

"Precisamos apresentar ao mundo a complexidade ambiental e humana dessa região e trabalhar com todos que tenham genuíno interesse na preservação da floresta e em seu desenvolvimento sustentável", destacou.

Após o fim da reunião, Mourão citou algumas iniciativas que o governo já vem implementando para tentar conter o desmatamento e as queimadas ilegais na

Abriu a reunião, já havia dito que os membros do Conselho Nacional da Amazônia Legal e o próprio governo serão avaliados "pela eficácia de nossas ações, não pela nobreza das nossas intenções".

Garimpos

Questionado sobre denúncias a respeito do aumento do número de garimpos atuais e ilegais na Amazônia, sobretudo no interior da Terra Indígena Yanomami, em Roraima, Mourão afirmou que este é um problema que persiste há décadas, e que é influenciado por razões econômicas. "Esta atividade vem sendo explorada e até já faz parte, vamos dizer, da vida econômica do estado. Ela aumenta e diminui de acordo com o preço do ouro. E, este ano, o preço subiu de forma vertiginosa. Consequentemente, atraiu este tipo de atividade. Além disso, a situação da pandemia, o decréscimo da atividade econômica, o desemprego, leva muita gente a buscar uma forma de ganhar a vida. São condicionantes que levam grupos de garimpeiros a adentrarem a terra indígena", comentou o vice-presidente, que, na semana passada, recebeu representantes dos yanomamis para discutir a situação e colher sugestões.

"Existe uma determinação da Justiça nos solicitando apresentarmos um planejamento para a retirada destes garimpeiros. Isto não é um processo simples. Não é a mesma coisa que retirar camélos da Avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro. É uma operação complexa que estamos estudando; aguardando as decisões finais", finalizou o vice-presidente. (Agência Brasil)

CADA DIA PICAZO

A SECRETARIA DE POLÍTICA ECONOMICA (SPE) DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, AFIRMA QUE BRASIL ESTÁ ENTRE OS PAÍSES QUE MAIS PRESERVAM O MEIO AMBIENTE

DESENHO: CLIPART-LIBRARY 126/20

Jornalista Voluntário

WWW.JORNALODIASP.COM.BR

Lembre sempre de lavar as mãos